

ENSINO REMOTO, TDIC E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Luciana Francisca dos Santos¹

RESUMO

Este trabalho avalia o processo de ensino remoto na educação infantil e fundamental I, considerando as diretrizes escolares e a relevância das tecnologias educacionais durante a pandemia. Sendo assim, buscou-se analisar tais questionamentos: i) A modalidade remota atende à especificidade da educação infantil? ii) No que tange à aprendizagem, o que evidenciam os dados da pesquisa, amparado pela opinião de especialistas? iii) Os docentes possuem dificuldades quanto ao uso das mídias digitais? A justificativa para este estudo surgiu da inquietação após ouvir relatos de professores cursistas nas aulas remotas da pós-graduação em Linguagem, da qual estudo, afirmarem sentir dificuldades quanto ao uso das ferramentas digitais. A pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa foi aplicada em abril de 2021. Para o corpúsculo, elaborou-se um questionário gerado no google Forms, enviado via link para os docentes nos grupos de whatsapp, devido à suspensão das aulas presenciais. Os professores participantes da pesquisa atuam em Maceió e alguns municípios, a saber: Messias, Rio Largo, Atalaia e União dos Palmares. O trabalho fundamenta-se nos autores: (FREIRE, 1996); (LEFFA, 2005); (JENKINS, 2009); (VIANA, 2009); (RIBEIRO, 2016); (ZOZZOLI, 2016); (SOARES, 2021), etc. Os resultados da pesquisa comprovam que houve uma grande evasão dos alunos devido à escassez de equipamentos tecnológicos e à falta de conectividade. Outro ponto crucial foi a falta de formação profissional para os mediadores atuarem com as mídias digitais visto que muitos tinham essa dificuldade. Esses entraves contribuíram negativamente para aumentar o abismo já existente no que concerne à aprendizagem das crianças em Alagoas entre 2020 e 2021.

Palavras-Chave: Ensino Remoto; Educação infantil; Fundamental I; Tecnologias; Inclusão Digital.

¹ Especialista em Linguagem e Práticas Sociais. (IFAL - Campus Murici)
Graduada em Letras Português pelo Instituto Federal de Alagoas.
Docente no CER e no Centro de Ensino Santa Juliana.
E-mail: luciana_fracsa@hotmail.com; luciana.fracsa@gmail.com luciana.santos@cedu.ufal.br
<https://orcid.org/0000-0003-0852-598X>

ABSTRACT

This work evaluates the remote teaching process in early childhood and elementary education, considering school guidelines and the relevance of educational technologies during the pandemic. Therefore, we sought to analyze these questions: i) Does the remote modality meet the specificity of early childhood education? ii) With regard to learning, what do the research data show, supported by expert opinion? iii) Do teachers have difficulties in the use of digital media? The justification for this study arose from the concern after hearing reports from course teachers in remote classes of the postgraduate course in Language, which I study, claiming to experience difficulties in the use of digital tools. The quantitative and qualitative research was applied in April 2021. For the corpus, a questionnaire generated in Google Forms was prepared, sent via link to teachers in WhatsApp groups, due to the suspension of face-to-face classes. The teachers participating in the research work in Maceio and some municipalities, namely: Messias, Rio Largo, Atalaia and União dos Palmares. The work is based on the authors: (FREIRE, 1996); (LEFFA, 2005); (JENKINS, 2009); (VIANA, 2009); (RIBEIRO, 2016); (ZOZZOLI, 2016); (SOARES, 2021), etc. The survey results show that there was a large dropout of students due to the scarcity of technological equipment and lack of connectivity. Another crucial point was the lack of professional training for mediators to work with digital media since many had this difficulty. These obstacles contributed negatively to increasing the existing gap in terms of children's learning in Alagoas between 2020 and 2021.

Keywords: Remote Teaching; Child education; Fundamental I; Technologies; Digital inclusion.

INTRODUÇÃO

As tecnologias ligadas ao processo de ensino e aprendizagem nunca foram tão essenciais como o que vivenciamos agora, em virtude do ensino remoto emergencial, como resultado de uma pandemia de COVID 19 que impôs restrições à forma presencial de ensino. Urge, portanto, um olhar mais crítico desse processo de ensino mediado por meio das tecnologias.

Desde a popularização da internet, em meados de 1990, as relações comerciais, culturais e sociais foram transformadas, de modo que a sociedade passou a produzir e consumir objetos tecnológicos como forma de prover suas necessidades. Com efeito, a internet e as mídias digitais revolucionam o modo de viver do corpo social, especificamente, no que tange ao campo da educação. Sobre isso, Jenkins (2009, p. 38), em sua obra *Cultura da Convergência*, já sinalizava: “Convergência não significa perfeita estabilidade ou unidade. Ela opera como uma força constante pela unificação, mas sempre em dinâmica tensão com a transformação”. É nesse dinamismo que as práticas sociais e culturais são ressignificadas para atender ao novo modelo de ensino.

Conseqüentemente, rompem-se as distâncias espaço-temporais, promovendo o intercâmbio entre países e estudantes, possibilitando o acesso universal ao ensino. Nesse contexto, frente à tantas mudanças, as conexões são ubíquas e as informações chegam de forma imediata, favorecendo o conhecimento. A revolução digital traz ganhos inexoráveis ao ensino, ao proporcionar a criação de plataformas com conteúdos digitais, interação e inovação. Frente a esse desafio está o docente que se vê cercado de tecnologias e precisa se atualizar permanentemente para ensinar online.

Com o advento do Coronavírus, surgiu a obrigatoriedade do ensino remoto, modalidade muito parecida com a EAD (ensino a distância), por se assemelhar às interfaces e mídias utilizadas. Todavia, os recursos necessários para o cumprimento dessa exigência não foram ofertados, o que levou docentes a buscarem aperfeiçoamento na internet para atenuar suas limitações. Sendo assim, o ensino remoto provocou uma quebra de paradigmas na didática escolar ao introduzir ferramentas que não eram utilizadas pelos mediadores. A dificuldade em utilizar essas ferramentas na EAD já era foco de discussão desde 2009 quando Viana constatava e alertava em sua pesquisa para a real necessidade de buscar formação nessa área, pois é inconcebível atuar na educação sem a conscientização da importância dos artefatos midiáticos na aprendizagem. “Assim, pode-se dizer que parte dos professores da modalidade a distância

ainda se encontra em níveis iniciais da inclusão digital” [...] (VIANA, 2009, p. 293).

A despeito disso, Freire já ressaltava a importância de formação permanente; em outras palavras, o docente gesta a ideia de que se é um eterno aprendiz. “É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente” (1996, p.24). A justificativa para essa pesquisa surgiu da essencialidade de buscar respostas concisas para a comprovação das hipóteses iniciais, visto que a inclusão digital ainda é um obstáculo a ser superado, pois, conforme Rita Zozzoli “o simples acesso ao mundo digital não implica inclusão, seria necessário um processo de criação de uma inteligência coletiva que seja um recurso estratégico para inserir uma comunidade ou um país em um ambiente globalizado” (BUSTAMANTE, 2010, p. 17 Apud ZOZZOLI, 2016, p.141).

A inquietação por esse objeto de estudo se intensificou ainda mais ao ouvir alguns relatos das experiências de professores que sentiam muitas dificuldades ao se utilizarem das mídias digitais no exercício de sua profissão. Essa situação se comprovava até mesmo no momento de acesso às aulas remotas da pós. Portanto, de acordo com o exposto, é de suma relevância averiguar o processo pedagógico nas escolas públicas de educação infantil e ensino fundamental I de Alagoas, diante do contexto de suspensão das aulas presenciais. Sendo assim, o trabalho discorre sobre as especificidades do ensino remoto de uma forma geral ressaltando o que preconiza as instruções normativas. Destarte, trata do tema “Ensino remoto: retrocesso para a educação infantil”? Em seguida, traz os dados da pesquisa que comprovam a precariedade do ensino remoto para a educação infantil e fundamental I, amparado pela opinião de especialistas da área. E, por último, discorre sobre as reflexões docentes acerca das habilidades e competências quanto ao uso das mídias digitais e das dificuldades no processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia.

ANÁLISE DA PESQUISA

A pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa e foi realizada por meio de um formulário gerado no *google Forms*, enviado via link, no mês de abril de 2021. A forma encontrada para disseminação do link foi o grupo de whatsapp com professores da rede municipal de ensino. O filtro dos dados foi gerado pelo próprio google forms. O formulário contém 13 perguntas, algumas com mais de uma resposta e outras de múltipla escolha, sendo

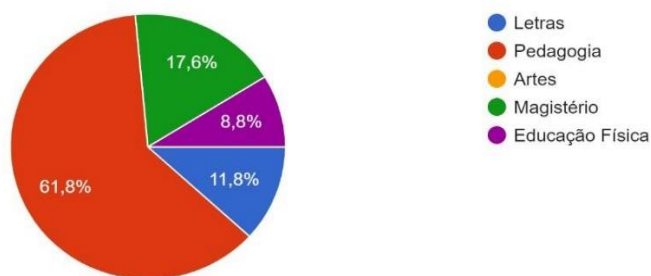
uma aberta. Logo, foi possível ter uma visão mais precisa da prática docente, das dificuldades encontradas neste percurso do ²ERE, e as até onde iam os conhecimentos e habilidades destes docentes ao se utilizarem das mídias digitais. Desta forma, todos os que responderam ao questionário contribuíram de forma significativa para o esclarecimento da pesquisa.

A relevância dessa pesquisa torna possível a inserção de políticas públicas para a melhoria do ensino

O estudo abrangeu os municípios de Maceió, Atalaia, Messias, Rio Largo e União dos Palmares. Os profissionais possuíam formações diversas como: pedagogos, educadores físicos, magistério e Letras, conforme explicitado no quadro a seguir.

Gráfico 1

2) Qual a sua formação?
34 respostas



Qual a sua Formação?

Fonte: Dado coletado mediante formulário da pesquisa em Abril de 2021

Analisando o resultado do gráfico 1, chamou-nos a atenção o percentual de escolarização dos professores que atuam na educação infantil e séries iniciais do fundamental I, pois cerca de 61,8% tem formação superior em pedagogia, o que é um dado relevante, e somente 17,6% tem magistério. Devido à situação do ERE não se pode falar que houve formação para a atuação nessa modalidade de ensino; visto que a prioridade era que todos se cuidassem e que as aulas presenciais fossem suspensas. No entanto, se as escolas municipais estivessem equipadas com computadores e notebook, além de conectividade, o resultado, provavelmente, seria favorável ao ensino.

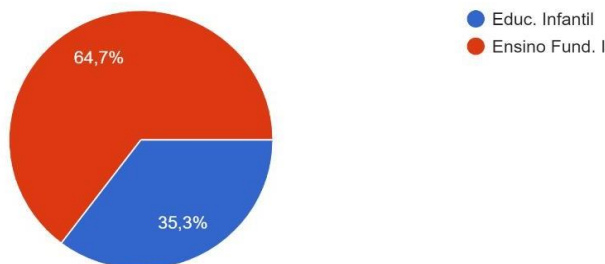
O resultado do gráfico 2, foi inserido somente a título explicativo dos segmentos

² ERE, Ensino Remoto

analisados. Deste modo, das 34 respostas recebidas, 35,3% dos educadores atuavam no ensino infantil e 64,7%, no fundamental I, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2

4) Qual segmento atua?
34 respostas



Fonte: Dados e imagem do formulário da pesquisa em Abril 2021.

As especificidades do Ensino Remoto

O ERE, foi instituído em caráter emergencial, conforme o decreto nº 6, de 20 de março de 2020. No seu artigo 2º, § 1º oficializa como deve funcionar algumas atividades profissionais: “Os trabalhos poderão ser desenvolvidos por meio virtual” (BRASIL, 2020). A princípio, por ser uma novidade, acabou deixando toda a comunidade escolar apreensiva, pois adequar-se a uma realidade inesperada não é fácil. Como resultado disso, houve um grande interesse por parte de pesquisadores e especialistas da área em acompanhar o desenvolvimento dessa modalidade de ensino a fim de verificar os seus desdobramentos quanto à aprendizagem dos alunos.

Vale ressaltar também o que preconiza outros instrumentos normativos, pois algumas alterações foram feitas, de acordo com a lei Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) no seu artigo 2º, no que se refere à redução de carga horária anual tanto da educação infantil (inciso I), quanto do fundamental e médio (inciso II), visando minimizar as perdas educacionais. Analisando o ERE de um modo geral, observou-se na prática cotidiana que essa modalidade de ensino não foi bem aceita pelo corpo docente, porque a maioria não abre sua câmera e não dá feedback aos professores durante os momentos síncronos. Essa falta de interação traz consequências ao processo cognitivo dos alunos e contribui para a baixa qualidade das aulas virtuais, além da não assimilação dos conteúdos, principalmente, quando se trata da educação infantil e ensino fundamental I.

De acordo com Santos, (2009, p. 23) “pode-se compreender a interação como um processo comunicacional que medeia as relações cibernéticas que permitem a troca de informação e comunicação entre hardware, software, agente e o cibernético”. Entretanto, há uma grande diferença entre interação presencial e interação digital. Nesta última, nem sempre há reciprocidade do aluno no ERE, pois, pode haver problemas com a conexão de internet, câmera desligada, entre outros; enquanto que na interação presencial há o olho no olho, há o movimento da expressão corporal e facial, elementos esses que permitem que o educador avalie o nível de concentração do estudante, mesmo que ele não interaja verbalmente. Todos esses aspectos têm o seu grau de relevância e contribuem para a aprendizagem. Nas palavras de Leffa (2005), percebe-se claramente a distinção entre ensino presencial e virtual:

A relação do sujeito com o conteúdo dá-se sempre através de um instrumento, tanto na aula presencial como na aula virtual. É no uso desse instrumento, e nas relações que se estabelecem com os outros membros da comunidade, aparecerão as diferenças entre o presencial e o virtual (LEFFA, 2005, p. 03).

De acordo com o exposto, a interação nas aulas virtuais e presenciais é uma questão essencial no processo de formação, desta forma, as suas especificidades não podem ser desconsideradas, nem pelo aluno nem pelo mediador, uma vez que produz efeitos de sentidos, desencadeia debates, questionamentos e aprimora o cognitivo do alunado.

Outro fator crucial é que nem sempre os alunos conseguem se concentrar visto que alguns não dispõem de um ambiente livre de ruídos apropriado para os estudos. Por estarem em casa, alguns se dispersam com animais domésticos ou pessoas da família. Outrossim, o número de alunos que frequentaram as aulas virtuais na pandemia tem caído bastante. Esta situação é um reflexo da baixa atratividade das aulas remotas, o que de certa forma vai exigir bastante criatividade dos docentes para mudar essa conjuntura. Além, claro, de pontuarmos se essa modalidade de ensino se adequa ou adequou ao público infantil e do fundamental I.

O ensino remoto: retrocesso para a educação infantil?

O isolamento social trouxe à tona vários questionamentos para a sociedade, dentre esses, como ensinar remotamente? Deste modo, em primeira análise, o ERE visto sob a ótica da inovação, impacta positivamente ao inserir o uso das mídias digitais no ensino. ³Segundo

³ Essa citação foi retirada do material de apresentação de seu vídeo em 23 de março de 2021, Palestra do Grupo Gellite no You tube. Está nas referências do trabalho.

(SOARES, 2021), com a era digital, as chances de o aluno aprender são maiores devido aos recursos disponibilizados: “os sistemas de representação da língua são numerosos (letras, sinais gráficos, ícones, cores, sons, imagens fixas e em movimento), sem contar a velocidade de leitura e rolamento dos textos por meio das telas”.

Porém, os desdobramentos dessa modalidade de ensino mostraram que para dar certo, seria necessário investimento e planejamento, o que não ocorreu. Conforme palestra veiculada no canal do Youtube, promovida pelo Grupo Gellite, em 23 de março de 2021, Soares lembra que o fracasso da aprendizagem da língua escrita se repete há décadas, esse é o discurso que ecoa na academia. Nesse sentido, essa discussão requer uma análise mais aprofundada, pois, se há fracasso, deduz-se que não há um ensino público de qualidade.

Na visão de Soares, a causa do problema está justamente no fato de que a maioria dos educadores não sabem ensinar. A pesquisadora enfatiza que os professores devem mobilizar estratégias centradas nas crianças para que compreendam os sons da língua e adquiram uma consciência fonológica para então segmentar as unidades e assim assimilar os fonemas, sílabas e palavras. (Ibidem, 2021). Se a educação brasileira já apresentava déficit na qualidade do ensino, com a pandemia essa situação se agravou ainda mais, pois “quase metade das escolas municipais no país não realizaram ensino remoto nesta pandemia, e as que realizaram só dispuseram de materiais impressos e da ferramenta WhatsApp” (SOARES, 2021, vídeo You Tube).

Sabe-se que, a maioria das escolas municipais estiveram fechadas em 2020 e o município alagoano ainda estava, a curtos passos, organizando-se para o retorno das aulas presenciais e que previa uma forma gradual de retorno. Conforme a pesquisa deste trabalho, na percepção dos professores as atividades de forma remota não foram exitosas, conforme o gráfico abaixo (percentual dentro do círculo), visto que ⁴100% dos alunos não possuíam dispositivos tecnológicos para acompanhar as aulas online. Como toda pesquisa, pode haver alguma margem de erro nas respostas, porém, todos os dados expostos aqui decorrem do filtro que o próprio formulário do google gerou. Portanto, conclui-se que as aulas remotas não surtiram o efeito que

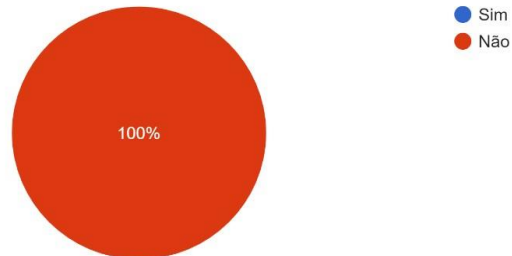
⁴ Todas as informações referentes à pesquisa podem ser comprovadas via link do formulário.
<https://docs.google.com/forms/d/1-QmZ11deAMfef9hjGZHpF91yzTfUSOmj0HXwiPohX0Q/edit#responses>

se esperava desse novo formato de ensino.

Gráfico 3

6) Todos os alunos possuem computadores e webcam para assistir às aulas?

34 respostas

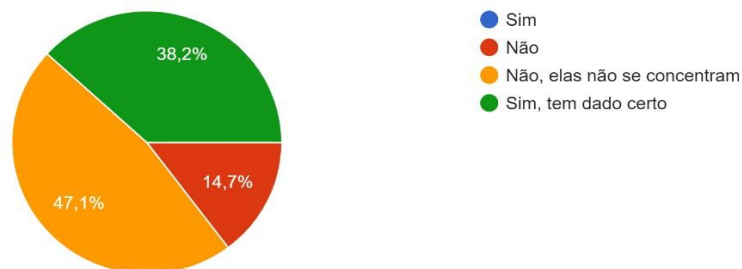


Fonte: Imagem do Formulário da pesquisa em Abril de 2021

Gráfico 4

8) Você acha que o ensino remoto consegue atender às necessidades de aprendizagem das crianças?

34 respostas



Fonte: Imagem do Formulário da pesquisa em Abril de 2021

Na pergunta de número 8, “Você acha que o ensino remoto consegue atender às necessidades de aprendizagem das crianças”? Ao somar os percentuais das respostas 14,7% mais 47,1% totalizam 61,8%. Esta taxa de 61,8% comprova indubitavelmente, as lacunas deixadas por essa modalidade. A Consequência disso, será um atraso na aprendizagem desses

alunos que não conseguiram acesso às aulas online.

Outro ponto crucial para análise é o argumento de que durante o ensino remoto as crianças iriam ter mais apoio dos familiares, pelo fato de eles estarem em casa para dar suporte aos filhos; sendo assim, não haveria prejuízos quanto à aprendizagem. Todavia, cabe o questionamento: os pais realmente estavam aptos a ensinar seus filhos? Os pais devem participar da vida escolar das crianças e podem ajudar nas tarefas da escola, mas o grande entrave é que a maioria não possui nem didática nem formação específica para ensinar algumas atividades mais complexas. Segundo a Resolução n.º 3, de 8 de outubro de 1997, no seu Art. 4º. “A natureza da prática docente exige domínio dos conteúdos, habilidades técnicas e, principalmente, competências emocionais” (BRASIL, 1997).

Outrossim, sabe-se que as crianças não conseguem passar tanto tempo na frente da tela de um computador, a menos que haja bastante interação. Sendo assim, a saída seria intensificar a didática utilizando jogos e atividades lúdicas com a finalidade pedagógica. Outro ponto imprescindível é sobre a interação das crianças nas aulas. Tanto a interação no ciberespaço quanto no presencial é muito importante em todos os níveis de ensino, mas a interação no ciberespaço não substitui o contato físico, a atenção e o afeto que o público infantil necessita. Logo, o formato de aulas totalmente virtuais para a educação infantil não deve ser tão eficaz como no presencial. À guisa de conclusão, constata-se que o ERE deixa muitas lacunas em relação ao ensino presencial. Nesse sentido, percebe-se o quão desafiador é atuar nessa modalidade, principalmente, se você não for um ⁵*ciberprofessor*.

Reflexões docentes sobre a importância da mediação tecnológica

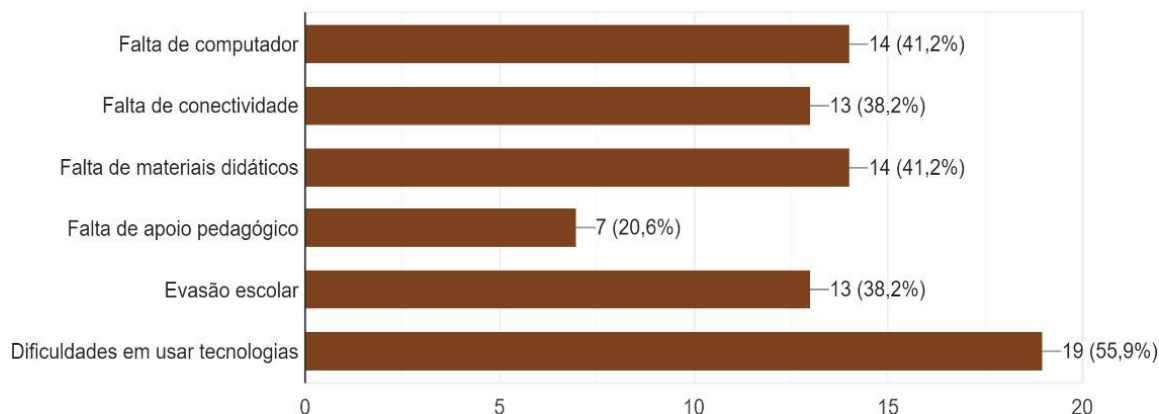
“A educação online implica em transcender a si próprio, seu comportamento, métodos, estrutura e práticas” (Bittencourt et al, 2009, p.180). O significado da palavra transcender quer dizer *ir além, ir mais longe*. Essa é a missão dos docentes que precisam superar os obstáculos com criatividade para se *conectar* aos seus alunos. Mas na prática será que as escolas públicas de Alagoas dão as condições necessárias para que isto ocorra? Analisemos os gráficos abaixo que dão continuidade à investigação:

⁵ A expressão designa o indivíduo que domina e usa as mídias digitais de forma integrada para promover a interação e criar um ciberespaço com o intuito de instigar a aprendizagem.

Gráfico 5

7) Qual ou quais dificuldades você como professor encontrou para atuar no ensino remoto?

34 respostas



Fonte: Dados e imagem do formulário da pesquisa em Abril 2021.

Quando perguntado aos professores entrevistados sobre as dificuldades enfrentadas nesse período de pandemia, os resultados foram: a falta de computador (41,2%), falta de conectividade (38,2%), evasão escolar (38,2%) e a dificuldade em usar as tecnologias (55,9%).

No que tange à falta de computadores o percentual de 41,2% representa um alto índice pois os dados reforçam a desestrutura do sistema educacional alagoano. Infere-se, portanto, que é impossível trabalhar sem instrumentos, ainda mais remotamente. Quanto à falta de Conectividade (38,2%), pode-se deduzir que esse fator impossibilitou que as aulas remotas fossem acompanhadas por uma boa parte do público infantil e fundamental I, pois esta dificuldade foi recíproca, tanto dos alunos quanto dos professores. Em virtude disso, (38,2%) dos alunos evadiram porque não puderam se adequar a oferta do ERE nestas condições impostas.

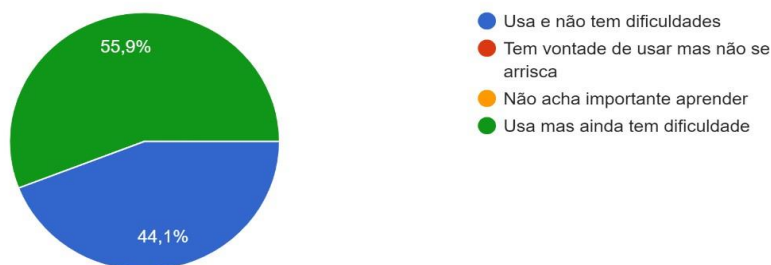
O último item é o mais impactante: a dificuldade em usar as tecnologias (55,9%). Esse percentual revela que há uma grande necessidade de formação para atuar com as mídias digitais. Já foi citado anteriormente neste trabalho, na pesquisa de Viana (2009) que essa dificuldade já era um entrave para professores que atuavam na EAD com turmas do superior. Ana Elisa Ribeiro (2016) faz essa mesma constatação, “é preciso refletir sobre as razões pelas quais a adesão da escola às TDIC ainda não aconteceu em larga escala” (RIBEIRO, 2016, p. 98). E agora em 2021, a situação ainda persiste de acordo com essa pesquisa que abrangeu algumas

escolas de Maceió e adjacências. Obviamente, os acarretamentos do ERE nos instiga a superar essa conjectura, e constata-se que há uma grande necessidade de investimentos na formação para atuar com os recursos digitais.

Em relação à pergunta de número 12 cabe muitas considerações:

Gráfico 6

12) Em relação às tecnologias digitais, você:
34 respostas



Fonte: Dados e imagem do formulário da pesquisa em Abril 2021.

Sobre o gráfico 6, é mister pontuar que das quatro opções dadas somente duas alternativas foram escolhidas como respostas; isso demonstra que mesmo com a escassez de recursos para dar aulas, os participantes se mostraram empenhados em vencer suas limitações e são comprometidos com a profissão.

Isto posto, fica claro que se tivesse havido formação para os professores, o percentual de 55,9% teria sido menos acentuado. Além do mais, o que chama a atenção na pesquisa é a sinceridade dos participantes em admitir que não sabem usar as tecnologias. Diante desse quadro, fica o questionamento: Como colocar em prática os Referenciais Educacionais se nem ao menos a garantia de formação profissional para uso das tecnologias foi assegurada?

Nos quadros a seguir, foi perguntado quais competências e/ou habilidades digitais você acha que precisa adquirir para atender às necessidades educacionais?

É possível acompanhar as respostas dos professores pela disposição da barra de rolagem, imagem nos **quadros 1 e 2**. Eles evidenciam a carência de formação profissional para atuar com as diversas mídias digitais, a saber: editar vídeos e por efeitos de animação, usar diversos aplicativos, construir jogos, habilidades com as tecnologias, formação continuada, etc. Basilarmente, era de extrema necessidade que houvesse esse suporte para suprir essa demanda,

tendo em vista que não há como desenvolver um trabalho de qualidade sem essas competências ora declaradas pelos participantes no ERE para a educação infantil e fundamental I:

QUADRO 1 - Pergunta de nº 13 e Respostas dos Professores

13) Considerando o cenário atual de ensino, quais competências e/ou habilidades digitais você acha que precisa adquirir para atender às necessidades educacionais?

34 respostas

- Ter mais habilidades tecnológicas.
- Mais conhecimento no campo digital
- Precisamos de mais suporte em relação a tecnologia para as crianças pois muitos não tem essas mídias.
- Aplicativo de jogos
- Como editar vídeos com efeitos e animação.
- Aprender a usar mais recursos tecnológicos
- Mais aprendizagem tecnológica
- Os professores precisam ter formação sobre tecnologia, os alunos necessitam de Chips com internet, professores de tablet, etc

Fonte: Dados do formulário da pesquisa abril 2021.

QUADRO 2 - Pergunta de nº 13 e Respostas dos Professores

13) Considerando o cenário atual de ensino, quais competências e/ou habilidades digitais você acha que precisa adquirir para atender às necessidades educacionais?

34 respostas

- Tecnologia
- Formação continuada adequada para o ensino remoto e híbrido
- Formação continuada
- Aprender a usar mais ferramentas, uma vez que apenas jogos não significa que a aprendizagem está mais divertida. Pois, se as atividades forem saturadas com jogos sem objetivos, não será instrutivo e os alunos só cumprirão por obrigação.
- Habilidades com as tecnologias.
- Aperfeiçoar o uso de aplicativos e edição de vídeos
- Comunicação
- Que os pais estejam mais presentes e ajudar os filhos à usar o computador.

Fonte: Dados e imagem do formulário da pesquisa em abril 2021

As legislações educacionais são muito bem elaboradas com seus artigos, incisos e parágrafos únicos. O ReCAL, especificamente, preconiza um ensino mediado por tecnologias

e mídias digitais desde a etapa do ensino fundamental: “Há, aqui, oportunidade de trabalho interdisciplinar com a habilidade (EF15AR26), da Arte, no que se refere à utilização de diferentes tecnologias e recursos digitais nos processos de criação”. (ReCAL, 2019, pág. 68).

Porém, o panóptico que se mostra é de uma realidade precária em que os direitos só são garantidos no papel, pois numa situação de calamidade como a pandemia, constata-se que quase não houve investimento para subsidiar o ensino na educação infantil e fundamental I, consoante ao resultado da pesquisa. Além disso, como já foi citado, “*mais de 5 milhões de crianças e jovens ficaram sem aulas por não dispor de recursos e conectividade*”(AGÊNCIA BRASIL, 2020). Essa situação comprova o descaso dos gestores governamentais quanto aos princípios constitucionais, posto que, indiscutivelmente, os estabelecimentos escolares deveriam estar equipados com computadores e conectividade para que os professores tivessem condições de dar aula remota, já que, em seus regimentos é exigido o uso dos aparatos técnicos e mídias digitais. Ademais, estamos vivenciando *a era da tecnologia*.

Segundo a Resolução n.º 3, (1997, pág. 1-2), é assegurado ao docente, a formação para o uso das tecnologias em seu Art. 5º.

Os sistemas de ensino, no cumprimento do disposto nos artigos 67 e 87 da Lei 9.394/96, envidarão esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, incluída a formação em nível superior, em instituições credenciadas, ***bem como em programas de aperfeiçoamento em serviço***. Parágrafo único - A implementação dos programas de que trata o *caput* tomará em consideração: Inciso III, ***a utilização de metodologias diversificadas, incluindo as que empregam recursos da educação a distância*** (BRASIL, 1997; grifonosso).

Pergunta-se: Por que esse direito não foi assegurado aos mediadores para que o processo escolar tivesse sido mais enriquecedor, mesmo com as disparidades socioeconômicas dos estudantes? Em suma, no que tange aos princípios constitucionais, houve negligência estatal, com isso, são imensuráveis os prejuízos advindos às minorias. Ademais, esse entrave impede a transcendência do fazer pedagógico; por conseguinte, a inobservância desses direitos leva a uma acentuada desigualdade de oportunidades para os alunos da educação infantil e ensino fundamental I.

Com o intuito de filtrar informações mais precisas, fiz questão de deixar a última pergunta do questionário aberta, a 13. Sendo assim, chamou-me a atenção o relato de um professor (a) que respondeu aquilo que não foi perguntado; mas que é um dado extremamente

relevante para a pesquisa. Ver Quadro 3 logo abaixo o texto em destaque. Pergunta de nº 13: A colaboradora ⁶(S- 31) enuncia:

QUADRO 3 - Relato do Professor(a) participante da pesquisa.

13) Considerando o cenário atual de ensino, quais competências e/ou habilidades digitais você acha que precisa adquirir para atender às necessidades educacionais?

34 respostas

Uso de todas as habilidades digitais.

A ausência de diálogo verdadeiro é o que impede nos avanços, pois desde o início da pandemia houve discursos, mesa redonda e outras perspectivas para haver montagem real para o retorno presencial ou não, mas só o que se desgastou foi nosso tempo. Cada Cmei e escolas estão com realidades não atendidas na sua totalidade, professores utilizando seus recursos financeiros para manter a internet que não recebem verba para tais usos. Ainda não tenho nem computador e notebook. Apenas meu celular é o meu ganha pão no meio de tudo isso 😞😞😞

Aprender a usar mais recursos tecnológicos, como app, criar vídeos, montar atividades específicas, etc.

Gostaria de adquirir habilidades para utilizar outros recursos tecnológicos que solidifique as experiências desenvolvidas com os alunos. Pois, apesar de saber utilizar alguns recursos digitais, sinto ainda a necessidade de obter mais informação a respeito.

Editar vídeos tornando-os atraentes e diminuir o tamanho para ser enviado via Whatsapp. Geralmente recorro a terceiros, principalmente porque o celular não suporta mais aplicativos.

Fonte: Dados da imagem do formulário pesquisa abril 2021.

Nesse sentido, fica evidente a omissão por parte dos Municípios integrantes da coleta, já que, no período de março de 2020 até o 1º semestre de 2021, pouco se fez para atender às necessidades dos docentes uma vez que as condições de trabalho oferecidas não propiciaram um ambiente fértil para resultados.

⁶ No formulário da pesquisa os participantes não se identificaram, então S-31(Sujeito 31) identifica a pessoa e ordem de resposta ao questionário.

CONCLUSÃO

A inserção das mídias digitais no ERE promoveu uma quebra de paradigmas na comunidade escolar, visto que impulsionou docentes a buscarem criatividade e inovação pedagógica. Este trabalho descortina os desdobramentos dessa modalidade e suas peculiaridades no que tange à aprendizagem de crianças da rede pública de Alagoas.

O grande desafio que a pandemia impôs aos sistemas escolares foi atender a uma demanda para a qual não houve planejamento, por ser uma situação atípica. Assim, as adversidades na implementação dessa modalidade de ensino causaram um desgaste muito grande aos mediadores, uma vez que houve uma grande escassez de ferramentas digitais, além de não haver formação específica para os docentes atuarem totalmente online. A consequência disso é danosa, principalmente, para as minorias que dependem do ensino público.

Assim, a educação online para o público infantil e ensino fundamental I de escolas públicas municipais do estado de Alagoas ainda é uma realidade distorcida no que concerne às práticas de alfabetização digital, *visto que muitas crianças não tiveram acesso à sala de aula virtual, devido à falta de recursos tecnológicos e à falta de conectividade.*

Diante dessa problemática, as lacunas deixadas pelo ensino remoto serão percebidas nos programas de avaliação dos alunos, a saber: IDEB, SAEB, entre outros, e trarão atraso no desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Aliado a isso, a pesquisa constata, como já foi mostrado nos quadros anteriores que a falta de formação profissional é uma das maiores dificuldades dos docentes que se sentem inseguros quanto ao uso das mídias digitais, já que elas não foram disponibilizadas para o exercício de suas funções. Ao longo das discussões, é perceptível o descaso com o ensino. Logo, pressupõe-se que para haver uma educação mediada por tecnologias é necessário que seja dado o suporte para que essa ação não seja fragmentada.

Espera-se que essa conjuntura seja resolvida, pois a educação deve ser vista como prioridade do governo. Assim, os escritos de artigos científicos trarão em seus discursos o legado de que o fracasso escolar não mais persiste e que os dados podem comprovar essa tese.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

Agência Câmara Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/698202-projeto-preve-regulacao-para-ensino-remoto-em-escolas-e-universidades-publicas-e-privadas>>. Acesso em: 06 mai. 2021.

BRASIL. RESOLUÇÃO N.º 3, DE 8 DE OUTUBRO DE 1997. **Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2322-rceb003-97&Itemid=30192. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. ReCAL. Referencial Curricular de Alagoas. 2019, 200 Págs. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fhZ9POHTh1pNGFB3WIL94_UF4N1VGocs/view>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BITTENCOURT; PEREIRA; FIGUEIREDO. **Potencialidades do Objeto de Aprendizagem Visible Body para o Processo de Ensino e Aprendizagem Online**. In: MERCADO, L. P. L. [Org.]. Fundamentos e Práticas na Educação a Distância. Maceió: EDUFAL, 2009, págs. 169-186.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEFFA, Vilson J. **Interação virtual versus interação face a face: o jogo de presenças e ausências**. Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Linguagem e Interação. São Leopoldo: Unisinos, agosto de 2005.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Tecnologia digital e ensino: breve histórico e seis elementos para a ação**. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.19, n.2, p. 91-111, jul./dez. 2016.

SANTOS, Cleber Nauber dos. Do professor ao Ciberprofessor do ensino superior na educação a distância: Algumas aproximações. In: MERCADO, L. P. L. [Org.]. Fundamentos e Práticas na Educação a Distância. Maceió: EDUFAL, 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramentos: na cultura do papel e na cultura das telas**. Live para o Gellite, UFAL. *In: Youtube*. 23 mar. 2021. 2h 27min. 58s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=okVYiJPNqe8>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 23, n. 81, p. 143•160, dez. 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2021.

VIANA, M. A. P. Apropriação e uso das TIC pelos professores de graduação na Modalidade de Educação A Distância. *In: MERCADO, L. P. L. [Org.]. Fundamentos e Práticas na Educação a Distância*. Maceió: EDUFAL, 2009.

ZOZZOLI, R. M. D. **Levando o diálogo social para sala de aula: o Enunciado-Acontecimento-Tema no ensino de língua portuguesa**. *In: FIGUEIREDO, F. J. Q.; SIMÕES, D. (Orgs.). Linguística aplicada, prática de ensino e aprendizagem de línguas*. Pontes Editores, Campinas – SP, p. 135-155, 2016.